

ANEXO V

ATA DE OBRIGAÇÕES VINCULADAS **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2024** **(SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)**

Aos -- dias do mês de ----- de 2024, foi realizado o certame na modalidade **Pregão Eletrônico nº 22/2024, sob o Sistema de Registro de Preços**, cujo objeto é a aquisição de combustíveis (gasolina comum, etanol, óleo diesel S-500 e óleo diesel S-10) e agente redutor líquido de NOx automotivo, para abastecimento de veículos e máquinas pertencentes à frota municipal.

“OS ITENS VARIARÃO CONFORME A ADJUDICAÇÃO”

1 - DAS DISPOSIÇÕES DO EDITAL E DAS OBRIGAÇÕES VINCULADAS

1.1. Esta Ata de Obrigações Vinculadas é anexo integrante da Ata de Registro de Preços.

1.2. Esta Ata de Obrigações Vinculadas vinculará apenas a(s) licitante(s) vencedora(s), dispensando a remessa posterior de Contrato ou Ata Contrato ou qualquer outro documento de obrigações vinculadas.

1.3. Eventual recurso ou impugnação que modifique a qualidade de adjudicatário, automaticamente desobriga aquele que perdeu tal qualidade.

1.4. Em caso de adjudicação em razão de convocação à negociação sucessiva com licitante remanescente, nos termos deste edital, uma vez aceito o preço, o novo adjudicatário ficará vinculado a Ata de Obrigações Vinculadas.

1.5. A Declaração de Participante na condição de **COMODATO/(ou)/POSTO DE ABASTECIMENTO** determina o cumprimento de tal condição e a vincula aos termos desta ata de obrigações vinculadas, da ata de registro de preços e do edital, em especial ao **Anexo III – “Características de Especificações do Tanque e Bomba de Combustível na Condição de Comodato”**.

2 - DOS PREÇOS

Os preços unitários dos itens são aqueles negociados e registrados aos vencedores constantes da Ata de Registro de Preços.

3 - DA VALIDADE DOS PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá a validade por 12 (doze) meses, compreendida até XX/XX/2025.

3.2. A extinção da Ata de Registro de Preços extingue automaticamente a Ata de Obrigações Vinculadas.

3.3. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços a Administração Pública não será obrigada a firmar contratação com o vencedor, facultando-lhe justificadamente a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário da Ata de Registro de Preços a preferência de fornecimentos.

4 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em cada fornecimento será observado o preço da Ata de Registro de Preços e as condições constantes do edital e do que a precedeu o certame e/ou integrou o procedimento de licitação.

5 - DA QUALIFICAÇÃO DO OBJETO

5.1. O combustível deverá ter a comprovação de qualidade através de certificado de análise expedido por órgão ou entidade técnica competente, exigível pela administração pública, quando for o caso.

5.2. Diante da não comprovação, de que trata o item anterior, a **DETENTORA** ficará obrigada a promover, sem qualquer tipo de ônus à **ADMINISTRAÇÃO**, imediata substituição do objeto em questão por outro de qualidade superior, para que assim atenda as qualificações mencionadas, sob o mesmo valor, quantidade, sob pena de inadimplência.

6 - DO FORNECIMENTO

6.1. Nos casos de fornecimentos por postos de abastecimento, os mesmos dar-se-ão diretamente na bomba, de acordo com a necessidade da Prefeitura, sempre através de requisição para esse fim expedida.

6.2. No caso de fornecimento por comodato, o fornecedor depositará no tanque instalado no local determinado pela Prefeitura, o objeto em questão, caso em que o Agente Responsável pelo recebimento procederá à verificação da entrega e dará aceitação à nota fiscal proveniente, a qual deverá acompanhar a entrega do objeto ou promoverá diligência referente a situações irregulares ou adversas.

6.3. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que as entregas deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento.

7 - DA ALTERAÇÃO DO REGIME DE EXECUÇÃO

7.1. O regime de execução do fornecimento poderá ser alterado com as devidas justificativas por acordo entre as partes quando necessária sua modificação, bem como o modo de fornecimento em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos originais.

7.2. O regime de execução constante desta ata também poderá ser alterado quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação de fornecimento.

8 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Considerando o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, é vedado quaisquer reajustamentos de preços.

8.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis a espécie ou nos casos justificados a juízo da Administração Pública, em cada caso.

9 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

9.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias contados a partir da data de apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica/fatura, cuja emissão dependerá da documentação comprobatória do fornecimento dos produtos, através de cupons fiscais ou requisições, devidamente fiscalizado e conferido pelo agente público responsável.

9.2. A apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura será semanalmente, de acordo com o subitem anterior, deverão conter, de forma legível, os seguintes dados:

- **Prefeitura Municipal de Taiúva**
- **CNPJ nº 45.339.611/0001-05**
- **especificação, quantidade e valor**
- **assinatura do motorista.**

9.3. No caso do **subitem 6.2.** desta Ata, o pagamento será efetuado no mesmo prazo de até 15 (quinze) contados a partir da apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica/fatura, depois atestado o recebimento dos combustíveis pelo servidor responsável.

9.4. Qualquer pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente específica da **DETENTORA**, na agência bancária por ela indicada, com preferência para instituição financeira oficial, desde que não haja nenhuma irregularidade na respectiva nota fiscal/fatura, ou tenha sido devidamente substituída, no caso de sua devolução por motivo de irregularidade.

10 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão atendidos pelo orçamento vigente, constantes da indicação contábil.

11 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Ficha 028

02 – Executivo

02.01.00 – Gabinete Municipal

04.122.0001.2002 – Coordenação Geral do Poder Executivo

3.3.90.30 – Material Consumo

Ficha 046

02 – Executivo

02.02.00 – Secretaria de Administração Geral

04.122.0005.2016 – Manutenção do Departamento de Planejamento e Administração

3.3.90.30 – Material Consumo

Ficha 070

02 – Executivo

02.03.00 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

12.361.0009.2014 – Manutenção do Salário Educação - QSE

3.3.90.30 – Material Consumo

Ficha 073

02 – Executivo

02.03.00 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

12.361.0009.2061 – Transporte de Alunos – Zona Rural (Rec. Vinculados)

3.3.90.30 – Material Consumo

Ficha 082

02 – Executivo

02.03.00 – Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer

12.782.0010.2030 – Manutenção do Transporte Universitário

3.3.90.30 – Material Consumo

Ficha 102

02 – Executivo

02.04.00 – Ensino Geral

12.361.0009.2042 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.30 – Material Consumo

Ficha 111

02 – Executivo

02.04.00 – Ensino Geral

12.361.0009.2044 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.30 – Material Consumo

Ficha 153

02 – Executivo

02.06.00 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0018.2024 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.30 – Material Consumo

Ficha 189

02 – Executivo

02.06.00 – Fundo Municipal de Saúde

10.305.0020.2034 – Manutenção da Vigilância em Saúde - FNS

3.3.90.30 – Material Consumo

Ficha 254

02 – Executivo

02.10.00 – Departamento de Obras e Serviços

15.452.0011.2003 – Coleta e Disposição dos Resíduos Sólidos Urbanos

3.3.90.30 – Material Consumo

Ficha 261

02 – Executivo

02.10.00 – Departamento de Obras e Serviços

15.452.0011.2009 – Manutenção dos Serviços Urbanos

3.3.90.30 – Material Consumo

Ficha 277

02 – Executivo

02.10.00 – Departamento de Obras e Serviços

26.782.0015.2015 – Manutenção das Estradas Vicinais

3.3.90.30 – Material de Consumo.

12 - DO SUPORTE LEGAL

Este Processo Licitatório é regulado pelos seguintes dispositivos legais:-

Lei nº 14.133/2021;

Lei Federal nº 4.320/64;

Decreto Municipal nº 3.144/2023

Decreto Municipal nº 2.404/17;

Lei Orgânica do Município;

Orçamento Vigente;

Pregão Presencial nº 22/2024 Sistema de Registro de Preços.

13 - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

13.1. Executar fielmente os fornecimentos nos termos desta Ata e da Ata de Registro de Preços, do edital e demais normas legais respondendo pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial;

13.2. Responsabiliza-se pelos encargos previdenciários, tributários, trabalhistas, fiscais e sociais, que venham a incidir sobre a execução do objeto;

13.3. Obriga-se a reparar, refazer, remover, corrigir e substituir, às suas expensas, sem qualquer acréscimo monetário, no total ou em parte, o objeto deste instrumento, quando se verificarem vícios, defeitos, incorreções e má qualidade, **no prazo de 30 (trinta) dias;**

13.4. Responsabiliza-se por danos causados diretamente à **ADMINISTRAÇÃO** ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, em que se verificarem falhas na execução do objeto, sendo que a fiscalização designada pela **ADMINISTRAÇÃO** não caracteriza a exclusão destas responsabilidades;

13.5. Eventuais locomoções, acomodações e alimentações de pessoal, para cumprimento dos fornecimentos;

13.6. Comunicar a **ADMINISTRAÇÃO**, no caso de mudança de situação no contrato social, endereço ou telefone;

13.7. Manter durante toda a validade da Ata de Registro de Preços, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.8. Uso de materiais e equipamentos próprios, no que couber para execução do fornecimento;

13.9. Fornecimento e fiscalização, de seus funcionários, no que tange ao uso de Equipamentos de Proteção Individual, durante a execução do fornecimento;

13.10. Manter conta bancária no nome empresarial disponível para pagamento somente na conta bancária do fornecedor.

14 - DAS RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

14.1. Rejeitar qualquer fornecimento se não executado de acordo com o estabelecido;

14.2. Regressar contra a **DETENTORA** no caso de indenização ou reparação a terceiros em razão da má execução no fornecimento;

14.3. Executar o pagamento da forma disposta.

15 - DA FISCALIZAÇÃO

A **DETENTORA** fica condicionada a prestação de quaisquer esclarecimentos solicitados pela **ADMINISTRAÇÃO** através de seus agentes competentes.

16 - DOS CASOS OMISSOS

Para os casos omissos serão resolvidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo que em caso de lacuna poderá ser adequada amparando-se pela legislação aplicável e pelas cláusulas e preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

17 - DA INEXECUÇÃO

17.1. A inexecução total ou parcial de quaisquer termos desta Ata de Obrigações Vinculadas, enseja a sua rescisão com consequências e previsões nela estabelecidas bem aquelas previstas em leis ou regulamentos que regem a matéria.

17.2. Os casos de cancelamento da ata serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. O cancelamento da Ata de Registro de Preços poderá ser determinado por ato unilateral e escrito pela administração, por solicitação da adjudicatária, por acordo entre as partes.

18.2. Qualquer cancelamento será reduzido a termo no processo de licitação.

18.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

18.4. Os casos fortuitos e de força maior devidamente comprovados enseja rescisão amigável.

18.5. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito por ato unilateral, pela administração, quando ocorrer:

18.5.1. Não cumprimento de fornecimentos e prazos;

18.5.2. Cumprimento irregular de fornecimentos e prazos;

18.5.3. Lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento nos prazos estipulados;

18.5.4. Atraso injustificado de fornecimento;

18.5.5. Paralisação de fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à administração;

18.5.6. Subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas;

18.5.7. Desatendimento das determinações regulares;

18.5.8. Decretação de falência;

18.5.9. Dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

18.5.10. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução dos fornecimentos;

18.5.11. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a adjudicatária e exaradas no processo administrativo;

18.5.12. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos será feito por correspondência com aviso do recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;

18.5.13. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da adjudicatária, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após 05 (cinco) dias da publicação.

18.6. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela adjudicatária mediante solicitação por escrito, quando ocorrer:

18.6.1. Impossibilitadas de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

18.6.2. Atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela administração tendo já recebido o fornecimento, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à adjudicatária o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

18.6.3. A solicitação das adjudicatárias para cancelamento dos preços registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades caso não aceite as razões do pedido.

18.7. A administração deverá ressarcir os prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido o fornecedor e ainda promover os pagamentos devidos pelo fornecimento, bem como os pagamentos do custo da desmobilização, quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do fornecedor.

19 - DAS SANÇÕES

19.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a administração direta e indireta do Município de Taiuva/SP, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que:

19.1.1. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

19.1.2. Não mantiver a proposta, lance ou oferta;

19.1.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto e/ou fornecimento;

19.1.4. Atrasar na entrega do objeto requisitado;

19.1.5. Demais sanções administrativas previstas em lei.

20 - DA MULTA

20.1. Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, as inadimplências incorrerão a ambas as partes:

20.1.1. Multa à razão de 5% (cinco por cento) do valor da inadimplência;

20.1.2. Juros à razão de 1% (um por cento) do valor da inadimplência, ao mês;

20.1.3. Correção monetária pela Tabela Prática Judicial.

21 - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Jaboticabal, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais dúvidas, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Taiuva, XX de XXXXXXXX de 2024.